



Anais da Assembléia

Nº 98

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE AGOSTO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Ariando Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP – 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; PFL – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; PDT – 07: Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; PSDB – 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; PTB – 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; PT – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; PL – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

**4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 76.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1994**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Erondy Silvério e Rossoni.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, João Iensen, José Afonso Júnior, José Tavares, Júlio Bifon, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (40). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Costenaro Neto, Colombino Grassano, Heinz Herwig, João Preis, José Arthur Ritti, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães e Renato Adur (13). Achando-se em licença a Sra. Deputada Emilia Belinati (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

Sob o nº 1628/94/GS, do Sr. Jackson Miguel Baduy - Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "Denúncia de fraude em hospitais da 10.^a Regional". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 7386/94, do Sr. Luís Gastão Franco de Carvalho - Secretário-Chefe da

Casa Civil, em resposta ao pedido de informações solicitado pelo Deputado Algaci Túlio, que pede esclarecimentos ao Secretário de Estado da Administração sobre "Protocolado sob nº 1.625.788-5, de 19/10/93." **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 7351/94, do Sr. Luís Gastão Franco de Carvalho - Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações solicitado pelo Deputado Lourenço Fregonese, que pede esclarecimentos ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, sobre "Combate à erosão na Ilha do Mel, Município de Paranaguá." **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 7385/94, do Sr. Luís Gastão Franco de Carvalho - Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações solicitado pelos Deputados Florisvaldo Fier, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, que pedem esclarecimentos ao Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, sobre "Comissão de Sindicância instaurada na Universidade Estadual do Oeste." **Ao Conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1980

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 214/94, Mensagem Governamental nº 050/94, de autoria do Poder Executivo, item 06 (seis), constante na Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 16.08.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 1993

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 001/92.

Sala das Sessões, em 16.08.94.

(aa) SEVERINO FÉLIX
DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO Nº 1984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER inversão da pauta da Ordem do Dia de hoje, 16 de agosto de 1994.

Sala das Sessões, em 16.08.94.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 1981

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER votação em bloco para as Proposições de Veto n°s 078/93, aposto ao Projeto de Lei n° 244/93; 047/94, aposto ao Projeto de Lei n° 218/92; 048/94, aposto ao Projeto de Lei n° 057/94 e 052/94, aposto ao Projeto de Lei n° 341/93, itens 1, 2, 3 e 4, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 16.08.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do General PLÍNIO TOURINHO, ocorrido dia 12 de agosto/94, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.08.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 81 anos faleceu, nesta Capital, o General PLÍNIO FRANCISCO PEREIRA TOURINHO.

Pertencente a tradicional família paranaense, o extinto deixa quatro filhos: Plínio Lúcio, Carlos Alberto, Sérgio Luiz e Lúcia.

As Cidades de Porto União e União da Vitória muito devem ao General Tourinho pela construção do Quartel do 5° Batalhão de Engenharia e Combate, o qual muito orgulha as "Gêmeas do Iguaçu".

O passamento do General Tourinho veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo Plínio.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Tourinho, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Cleuza Aparecida Machado dos Santos, ocorrido dia 14 de julho, em Ponta Grossa.

A Senhora Cleuza, tinha muitos amigos, e com seu óbito deixará familiares e amigos enlutados.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Afonso Arinos, 120, Vila 26 de Outubro, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.08.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1986

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Senhor Fermino Padilha, ocorrido dia 17 de julho, em Ponta Grossa.

O extinto era um cidadão de muitas amizades, que com seu óbito deixará não somente parentes enlutados, mas também, seus amigos.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Querência do Norte, 86, Vila Santana, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.08.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1988

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, sejam enviados votos de pesar, à família Borges, pelo passamento do Senhor Aroldo Borges, ocorrido em Irati, no dia 15/08/94.

À família enlutada, as nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.08.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1989

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário sejam enviados votos de pesar, à família Pabis, pelo passamento do Senhor Augusto Pabis, ocorrido em Irati, no dia 13 de agosto de 1994.

À família enlutada, as nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.08.94.

(a) TOTI COLAÇO

vês de campanhas, encaminhamento médico de pessoas carentes, etc.

DE LEI N° 296/94
Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

1° - Fica acrescido o § 3°, ao art. 3° da Lei n° 8935, de 08 de março de 1989, com a seguinte redação:

"Art. 3° - ...

§ 3° - Excetua-se da proibição deste artigo, o parcelamento do solo de alta densidade demográfica, que se destine à implantação de loteamentos e/ou conjuntos habitacionais, em áreas que sejam objeto de desapropriação do Poder Público, para o reassentamento de pessoas residentes em áreas críticas de mananciais".

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de trinta dias.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora apresentamos, tem por finalidade promover o social, como também controlar e adequar a ocupação do homem ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, fazendo o reassentamento daquelas famílias que se encontram em locais que favorecem a poluição de nossos mananciais.

Deste modo, pedimos o apoio dos nobres colegas, para que apoiem este nosso projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 297/94

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Sociedade Beneficente Emaús de Vila Izabel, com sede à Rua Professor Ulisses Vieira, 297, nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.94.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente Emaús de Vila Izabel, não tem fins lucrativos e seu objetivo é de prestar assistência caritativa, beneficente e educacional em todos os níveis aos jovens, idosos e crianças carentes de nossa cidade e região. Visando atender a mais de 100 crianças no encaminhamento às creches de nossa Capital; doar cestas básicas e roupas arrecadadas atra-

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Florisvaldo Fier (Doutor Rosinha).

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ative-me à uma análise do projeto "Vida Melhor" desenvolvido pela Secretaria de Estado da Saúde.

Este projeto consiste em seis subprojetos. São eles: Assistência à saúde, que é financiado pelo Ministério da Saúde e algumas das suas ações dividindo os financiamentos com a própria Secretaria de Estado da Saúde.

O segundo subprojeto diz respeito à vigilância epidemiológica e o sistema de informação da área de Saúde.

O terceiro sobre saneamento básico e os malfadados módulos sanitários que têm trazido alguns problemas para a Secretaria e, principalmente, trouxe alguns problemas a alguns Secretários que foram acusados de irregularidades também nesta área.

O quarto subprojeto de assistência farmacêutica.

O quinto, de equipamentos para a rede pública.

O sexto diz respeito à capacitação e desenvolvimento de recursos humanos e, especificamente quero tecer depois alguns comentários sobre um dos itens deste subprojeto, de contratação e treinamento de agentes comunitários.

É impossível analisar um projeto como "Vida Melhor" sem fazer uma análise dos dados que levaram o Governo a desenvolvê-lo.

Um dos dados diz respeito à mortalidade infantil. O Paraná possui o maior índice da Região Sul de mortalidade infantil. A média no ano de 91, foi de 30 crianças antes de completarem um ano de vida. Ou seja, 30 crianças, em cada mil nascidas, morreram antes de um ano de vida.

Outro dado usado pela Secretaria de Estado diz respeito à mortalidade materna. Foi constatado, no ano de 91, 6,7 óbitos maternos por cem mil crianças nascidas, ou seja 171 óbitos por cem mil crianças nascidas. Isto representa um alto índice de mortalidade materna, comparando com outros países, como no caso do Canadá, que foi de 4 no ano de 88, enquanto o Paraná em 171. Os Estados Unidos, 6,6 em 87. Mas temos que comparar é com a nossa realidade, ou seja, os Estados do Sul.

O Rio Grande do Sul teve um índice de mortalidade materna de 34 e Santa Catarina de 58, no ano de 87. No Paraná, no ano de

91, de 171. Um alto índice de mortalidade materna, isto preocupante.

Em função destas questões, o Estado criou como saída o programa "Vida Melhor", que tem como disse anteriormente, aqueles subprogramas para serem executados, no valor de 17 bilhões de dólares, mas o que nós constatamos é que ao contrário de fazer esse subprograma, a Secretaria de Estado da Saúde deveria ter investido no programa de atendimento integral à saúde da mulher, programa este, elaborado no final da década de 70, começo da década de 80, e que até hoje fica no papel, não sendo executado.

Outro programa: o de atendimento integral à saúde da criança, também não saiu do papel e lá está muito bem feito e elaborado, mas não tem sido executado na prática. O outro subprograma colocado no "Vida Melhor", que é o "Sistema de Vigilância alimentar e nutricional", este também já elaborado na Secretaria de Saúde desde 1990 e que não tem sido executado na prática.

Se nós tivéssemos executado esses programas de atendimento à saúde da mulher, o Programa de atendimento à saúde da criança e o Programa de vigilância alimentar, o nosso Estado não teria os índices de mortalidade materna e de mortalidade infantil que ora apresenta.

Em função desses índices, elabora-se um projeto chamado "Vida Melhor" e nós queremos analisar principalmente o que está sendo colocado em prática em cima desse projeto.

O que mais nós questionamos é o que diz respeito à contratação de agentes comunitários da saúde. Prevê a contratação de cerca de 4 mil agentes comunitários, através das associações de pais e mestres, de associações de proteção à maternidade infantil, as APMIs.

Nós queremos dizer que somos favoráveis à contratação de recursos humanos, mas através de concurso público, uma vez que nos últimos 4 anos, ou podemos dizer, nos últimos 8 anos, nas duas últimas administrações, tem diminuído o número de funcionários da Secretaria Estadual de Saúde pelas seguintes razões: tem diminuído porque alguns têm se aposentado, outros têm pedido a conta e alguns têm sido passados aos municípios.

Se há deficiência de profissional, este deve ser contratado por concurso público e não uma proposta de final de mandato, se contratar por apenas 6 meses, cerca de 4 mil agentes.

Queremos dizer que esse tipo de contratação não resolverá a questão da mortalidade infantil, e materna no nosso Estado.

Algumas das razões com que isso não

ocorrerá, é porque principalmente a mortalidade infantil diz respeito não somente aos profissionais, mas às condições sociais e econômicas de vida de uma população. A questão da mortalidade materna que poderia estar mais diretamente relacionada à ausência do pré-natal, não será também resolvida por essa questão, porque muitos dos municípios onde são contratados agentes, há falta de outros tipos de profissionais, como por exemplo, enfermeiras que poderiam ajudar no pré-natal, não têm sido contratadas para coordenar esses mesmos programas, uma vez que faltam enfermeiros em alguns municípios.

O tempo de treinamento desses agentes é de somente 8 dias, tempo insuficiente para capacitar profissionais que possam atuar efetivamente para diminuir esses índices de mortalidade materna e infantil.

Enquanto se treinam esses agentes que permanecerão...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência lhe concede um minuto para concluir.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, solicito o horário da liderança do PT. Obrigado.

Enquanto a Secretaria do Estado e da Saúde não investe na capacitação dos seus próprios profissionais, que, este sim, poderá executar um trabalho a longo prazo, investe num treinamento de 8 dias para profissionais que, após, 6 meses, serão dispensados da rede pública. Ou seja, criará uma demanda e uma expectativa na população. Essa demanda não será atendida e a expectativa será também abordada uma vez que a população não terá esses profissionais, em sequência, para o atendimento.

Não existe no Estado do Paraná uma rede de controle e avaliação eficiente para acompanhar esse tipo de trabalho, se nós não temos como controlar, como fiscalizar e como poder melhorar esse tipo de atendimento, provavelmente, estará fadado ao fracasso.

E nós, como Parlamentares, já recebemos denúncias do uso inadequado do tal projeto, ou seja, do uso eleitoral.

No município de Nova Aurora foi realizado um processo de seleção e as contratações não obedeceram a lista de aprovação. Ou seja, quem tinha apadrinhamento político foi chamado na frente. Ou seja, aquele que defendia ou tinha a mesma postura do senhor prefeito foi contratado mesmo que não tenha sido classificado nos primeiros lugares.

O Sr. José Tavares - Concede-me um aparte, Deputado?
(Assentimento).

Eminente Deputado, para informar a Vossa Excelência, à Casa e dizer também que eu compreendo a preocupação de Vossa Excelência, porque é da sua área.

Mas, para dizer que pode até ser que haja algum desvirtuamento em um ou outro lugar no que diz respeito à contratação dos agentes comunitários.

Eu até não duvido, porque são quase 4 mil, dado à gravidade do assunto e à necessidade da matéria, o governo teve que, com base na legislação em vigor, encontrar mecanismos que pudessem agilizar a contratação desse pessoal para que a partir do seu trabalho de visitas, de busca de suas etapas tão bem colocadas aí por V.Exa.. Mas queria dar apenas um número a V.Exa. e uma informação, dentre os municípios paranaenses que receberam de maneira incondicional a atenção do Governo Mário Pereira nesse Projeto Vida Melhor, destaca-se o Município de Londrina que é administrado pelo partido de V.Exa..

Lá são 135 agentes comunitários que foram admitidos em parceria com a Prefeitura do Município de Londrina até porque pela importância da cidade, a segunda cidade do Estado, o número foi o maior do interior do Estado. Apenas para mostrar a V.Exa. que é um programa sério, é um projeto pra valer.

O Governador quando lançou esse Projeto ele o fez baseado em informações da Pastoral da Criança e uma série de outras informações, inclusive, de prefeituras como a de Londrina, que é administrada pelo Partido dos Trabalhadores ao qual V.Exa. faz parte.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção de V.Exa..

Mesmo sendo a prefeitura de Londrina administrada pelo Partido dos Trabalhadores pelo companheiro Cheida, entendemos que um projeto de saúde a longo prazo não deve ser feito com contratações a curto prazo. Devem os profissionais serem contratados por concurso público, como eu disse, serem treinados e, eficientemente, atender a população. E não um contrato de seis meses que cria expectativa, cria demanda e não terá seguimento esse trabalho. E a questão de Nova Aurora que recebemos a denúncia, que inclusive, nobre Líder do Governo, o próprio Governador fez a intervenção em Nova Aurora, telefonando para aquela cidade, dizendo e colôcando que tinha que ser respeitada a lista dos aprovados. E nisto tomamos conhecimento e foi levado a denúncia ao Governador que fez essa intervenção.

E queremos, daqui desta Tribuna, dizer que se outros Municípios tiverem com a mesma postura de contratação que teve a de Nova Aurora viremos para essa Tribuna e

faremos a denúncia das contratações irregulares, inclusive sendo demitidas "a posteriori" neste mesmo Município pessoas que não seriam da linha política do Sr. Prefeito, e que somente foram reencontradas após ameaça de ir à imprensa e divulgar a posição daquele Prefeito.

O setor de saúde do nosso País nos últimos anos vem sofrendo uma séria crise, principalmente pela questão financeira. Durante o Governo Collor não houve investimento do setor de saúde; e após o Governo Itamar ter assumido, o Ex-Ministro Antônio Britto não permitiu repasse de 30% da Previdência Social ao setor de saúde, ao Ministério da Saúde, sob a alegação de que tinha que pagar a aposentadoria não repassou a verba à saúde, pagando assim a aposentadoria e matando aqueles que dependem da saúde por não atendimento médico.

Após o julgamento do CONFIS, imposto que deu sequência ao FINSOCIAL, após três anos sem repasse do Confis ao setor de saúde, e após o julgamento, ganha a liminar pelo Governo de que o CONFIS deveria ser pago pelos empresários e que tal dinheiro deveria ser investido na saúde. O ex-Ministro da Fazenda, Fernando Henrique, desvia esse dinheiro para o Fundo Social de Emergência. Esse caos da saúde reflete no Estado do Paraná, aonde o nosso Estado tem feito um dos menores investimentos dos três Estados do Sul, não ultrapassando o patamar de 4% do seu orçamento. É por isso que nós questionamos ao querendo, apesar da boa vontade do "vida melhor", que o caminho não é curto prazo, é a longo prazo, com maior investimento no setor de saúde, com a execução dos programas de atendimento integral à saúde da mulher, do programa de atendimento integral à saúde da criança e do programa de vigilância alimentar no nosso Estado.

Sem isso não haverá diminuição dos índices de mortalidade infantil e materna. Não é um programa a curto prazo como o "vida melhor" que solucionará, tem que ser uma intervenção séria e profunda senão o setor continuará no caos. E esta intervenção tem que ser nos três níveis do Governo: União, Estadual e os vários Municípios.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrado nos Anais da Casa a presença dos Srs. Prefeitos Hermes Campos Teixeira de Araruna; Florisval Perez de Marcos de Quinta do Sol; João Carlos Klein de Peabiru; Osnei Picansso de Corumbataí do Sul, igualmente acompanhado de sua esposa, dona Alzira Picansso, e também do Presidente da Câmara, Doutor Romildo Joaquim de Souza do Município de Araruna.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra também com satisfação - é a pedido do Deputado Nilton César Servo - a presença do Doutor João Lukenzuk, Prefeito da Cidade de Naviraí, Mato Grosso do Sul.

Registramos também com satisfação - em atenção a solicitação do Deputado Severino Félix - a presença da comissão pró-emancipação do Distrito de Tamarana que se encontram na Tribuna de Honra à nossa direita.

Não há oradores no Pequeno e Grande Expediente inscritos, passaremos ao Horário das Lideranças.

No Horário do PMDB concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo o horário da Liderança do meu Partido para, na qualidade de Deputado Estadual eleito pelo PMDB, trazer a esta Casa algumas informações que reputo graves. E ao mesmo tempo fazer uma denúncia a respeito do que vem ocorrendo, nos últimos dias, em nosso Estado, no que diz respeito à campanha eleitoral, particularmente à sucessão do Governador Mário Pereira.

A campanha nem bem começa, Sr. Presidente, e já começa a ter contornos de como ela deverá transcorrer. Isso nos preocupa na medida em que este País vem sendo agredido, tem sido agredido por outras campanhas, por outras eleições, e o reflexo disso acaba nos atingindo a todos nós que fazemos parte da chamada classe política.

Na condição de Líder do Governo eu tenho vindo à Tribuna, no horário que regimentalmente me cabe para deixar patente e bem claro que o Governador Mário Pereira não vai permitir o uso da máquina, na campanha eleitoral. Ele tomará, como já tomou todas as providências necessárias para que esta sua determinação seja levada a bom termo.

Por outro lado não é o que estamos constatando, do lado de lá. O candidato do PDT, Jaime Lerner, vem adotando providências e tomando certos posicionamentos que, sem dúvida alguma, caracterizam crime eleitoral e abuso do poder econômico.

Sua Excelência, no último debate transmitido pela Rede Globo confessou a prática deste crime, quando disse: - "Nós estamos trazendo e fazendo treinamento de lideranças, elas vem ver o que estamos fazendo para que possam transmitir nas suas cidades." Mais objetivamente ele disse: - "Trazer para Curitiba lideranças para treinamento." Esta sua colocação ensejou uma providência por parte do nosso Partido, o PMDB, junto ao egrégio Tribunal Regional Eleitoral, representando não só

contra S. Exa. mas bem como contra a sua coordenação, pela prática de crime previsto no Código Eleitoral. Por quê?

A coordenação da sua campanha, no meu juízo, numa clara demonstração de desespero, está arregimentando pessoas inocentes do interior do Estado, para vir à Curitiba às custas da coordenação da sua campanha, para conhecer as maravilhas que ele construiu, durante dois Mandatos biônicos e um Mandato democraticamente conseguido nas urnas.

Mas S. Exa. em nenhum momento se preocupa em mostrar o outro lado de Curitiba, um lado que nos preocupa e nos entristece, um lado de uma Curitiba que nós gostaríamos nunca existir! Mas, de qualquer sorte, ao trazer, e temos farta documentação em nosso poder, estas pessoas do interior do Estado, o seu Partido, a coligação, o candidato, e os seus coordenadores transgridem, claramente, o dispositivo do Código Eleitoral, que, dentre outras coisas diz o seguinte:

"É vedado a Partido e candidato receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente:

1) De entidade declarada de utilidade pública federal, estadual, distrital ou municipal."

São ilícitos os recursos financeiros de que trata o Artigo anterior, assim como os auxílios e contribuições cuja origem não seja mencionada ou esclarecida. Isso caracteriza abuso do poder econômico.

Porquê afirmamos isso? Porque são contratados ônibus, nós temos em nosso poder nove contratos de contratação de ônibus com as mais variadas empresas de transporte coletivo no Paraná, por exemplo, temos aqui um pedido de autorização para transporte de passageiros da Cidade de Andaraí para Curitiba, transportado pela empresa "Princesa do Norte", contratado a um valor de 670 Reais ida e volta. Discriminação dos produtos na Nota Fiscal de serviços de transporte: Transporte turístico. Cópia de um contrato de prestação de serviços. Contrato esse que tem sido firmado com todas as empresas em que tem de um lado a empresa contratante e de outra empresa contratada.

E quem contrata toda vez esse ônibus é uma Instituição chamada Centro Paranaense de Estudos e Ações Políticas, que é, segundo seus estatutos uma instituição de caráter cultural a político, educativo, apartidário e social. Mas é exatamente no endereço onde funciona o Comitê de Jaime Lerner.

Caracterizando várias infrações, a primeira é porque ele se vale de uma entidade de direito privado que é esse Centro

Paranaense de Estudos e Ações Políticas, com sede em Curitiba à R. Clotário Portugal, 215 exatamente no endereço onde funciona o Comitê de Laimé Lerner. Em segundo lugar, as pessoas vêm à Curitiba, passam pelo Comitê Central de sua candidatura e lá recebem todo tipo de atenção dos seus coordenadores, como por exemplo, alimentação. Assistem a um vídeo completo da Cidade de Curitiba destacando as obras que ele construiu durante os seus três mandatos como Prefeito.

Na sequência é feito um "tour" pela Capital do Estado, e antes das pessoas saírem o candidato Jaime Lerner é o primeiro a fazer uma preleção aos ilustres visitantes, o que configura o crime de abuso do poder econômico, crime eleitoral.

Em Curitiba os visitantes são recepcionados pelos coordenadores da sua campanha, depois tomam café na sede do Comitê Central. Os dois grupos, com mais de mil pessoas de várias regiões do Estado percorrem os principais pontos da cidade que chamam a atenção pela beleza e funcionalidade. São obras de sua administração. O roteiro produzido pela sua coordenação mostra, ainda, outras benfeitorias sociais que vai de programa de atendimento ao menos até ao badalado transporte coletivo curitibano. Durante o almoço o candidato do Movimento Paraná novos caminhos, discursa aos visitantes, nunca deixando de lado a prática de pedir apoio à sua candidatura e aos candidatos de sua chapa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, estamos ouvindo atentamente o discurso do Deputado José Tavares, e estamos devidamente tranqüilos a tudo que foi colocado. Agora, quando V.Exa. faz até em termos de gozação, "o badalado transporte coletivo", eu não posso me calar, porque fiz parte dessa administração que se transformou num dos melhores Projetos que Curitiba já teve e que serviu de exemplo para o País inteiro.

Acho que deve haver, nesse momento, serenidade por parte do denunciante, porque nós queremos rebater na mesma medida em que V.Exa. o faz da Tribuna. Nós estamos devidamente tranqüilos certos de que a ascensão, realmente agora começa a preocupar o lado de lá que começa a mostrar desespero.

Vamos levantar aqui a questão da folia feita em Curitiba quando do retorno de Roberto Requião de Melo e Silva ao Palácio Iguagu, que até hoje não explicou à lei eleitoral os gastos naquela ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Paulo Maia, não se trata de questão de ordem.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Gostaria só de saber se o Senhor Deputado Tavares está falando no Pequeno, no Grande Expediente ou no Horário das Lideranças porque já está há quase dez minutos e para a Oposição nesta Casa o tempo é rígido e deve ser cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência ao Deputado Rosinha concedeu hoje o mesmo que concedeu ao Deputado Tavares. O Deputado Tavares estava falando, inicialmente, no Horário do PMDB, cujo tempo excluiu, e consultamos ao Deputado se falará em nome da Liderança do Governo a partir de agora.

O SR. JOSÉ TAVARES - Agradeço a V.Exa. e solicito que sejam descontados os minutos usados pelos eminentes Deputados para que eu possa, de maneira democrática e respeitosa, colocar aqui a verdade dos fatos.

Esta prática, Senhor Presidente, tem sido repetida nos finais de semana.

Segundo informações que chegam ao nosso conhecimento, a coordenação Novos Caminhos pretende trazer até o final da campanha em Curitiba, cinquenta mil pessoas oriundas do interior do Estado.

Temos em nosso poder, para que não haja a menor dúvida, à disposição da imprensa, dez contratos completos de serviços locados dessa empresa com o nome do contratante, como já disse, o Centro Paranaense de Estudos e Ações Políticas que por acaso, por mera coincidência funciona exatamente no lugar onde funciona o comitê central da candidatura do Senhor Jaime Lerner.

Temos também a relação dos passageiros, nome por nome, com seus RG's para que não haja a menor dúvida.

Portanto, Senhor Presidente, nós não estamos denunciando por denunciar. Nós não estamos vindo à Tribuna apenas pelo bel-prazer de vir à Tribuna, estamos sim, cumprindo um dever como parlamentar, estamos cumprindo um dever como cidadão em denunciar isso ao Paraná e pedir ao Tribunal Regional Eleitoral, corroborando as providências já requeridas pelo delegado do nosso Partido que tome as providências legais e cabíveis, porque a sociedade paranaense não pode ficar esperando, esperando, vendo apenas denúncias e mais denúncias e providências, com base na lei, não serem tomadas.

São dez os contratos, totalizando nove mil e quinhentos reais o pagamento desses contratos. Nesses contratos consta, inclusive, o valor per capita de cada passageiro que chega à casa de quase vinte e sete reais, somados a mais dez reais de alimentação, chega a casa dos trinta e sete

Curitiba, terça, em 16.08.94

reais por pessoa. Se multiplicarmos isso pelo número de pessoas que o PDT e a sua coligação pretendem trazer a Curitiba, que chega a casa dos cinquenta mil, nós vamos ter, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a cifra estrondosa de um milhão, oitocentos e cinquenta mil reais apenas com o pagamento de um transporte de turismo de pessoas inocentes, ingênuas do interior do Estado para a Capital.

Isto é abuso do poder econômico, isto é crime eleitoral! E nós, o nosso partido, já procurou tipificar esse delito, requerendo ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral providências legais cabíveis. No entanto, eu não poderia, no cumprimento do meu dever como parlamentar legitimamente eleito pelo povo, deixar de trazer essas informações ao conhecimento de toda essa Casa e da imprensa do Paraná.

Queria ainda mais dizer que as pessoas que estão vindo também correm o risco de serem co-responsabilizados pelo crime eleitoral. Eu até aproveitaria para fazer um apelo a essas pessoas que estão vindo a Curitiba: deixem para vir a Capital do estado depois das eleições, depois que o Álvaro for eleito Governador. Daí ele vai ter uma outra oportunidade de dar à periferia de Curitiba um tratamento que não recebeu das quatro últimas administrações ligadas ao grupo do candidato do PDT, Jaime Lerner. Aí sim o povo do Paraná poderá vir à Capital, aí não configurará crime, porque estas pessoas poderão vir às suas expensas, sem que um candidato, em período eleitoral, faltando aproximadamente 50 dias, seja o patrocinador desta viagem de turismo.

Isto, Sr. Presidente, é o que queremos, conclamamos e pedimos às pessoas de todo o interior do Estado que semanalmente acorrem à Curitiba a convite da candidatura do PDT para conhecerem as sete maravilhas do mundo.

Isto é um absurdo nos dias de hoje, com tanta fome, com tanta miséria, com tanto desemprego, com tantas injustiças sociais, um candidato gastar em torno de um milhão 850 mil reais apenas com o transporte de pessoas ingênuas, inocentes, bem intencionadas do Interior do Estado, para virem à Capital conhecer as suas obras e as sete maravilhas do mundo.

Concluo com a consciência tranqüila de maneira absoluta de estar aqui dando uma grande contribuição ao povo do Paraná. Candidato que age desta maneira, jogando dinheiro que vem não sei de onde, radicalmente fora, em período de eleição, nós já sabemos o que ele vai fazer se por um acaso ele vencer as eleições.

Já conhecemos outras experiências neste País. Não vamos, de forma alguma, permitir que isto aconteça! Conclamo a todos

os Deputados que estão apoiando Álvaro Dias para que denunciem isto em suas cidades. Peço aos Deputados, aos meus queridos colegas, que apóiam, e eu respeito a outra candidatura que peçam para que eles acabem com isto. Isto é feio! É um exagero! Isto pega mal, sobretudo para nós, da classe política.

O TRE já está analisando a representação. Nós agora desta tribuna estamos denunciando em nome de uma parcela significativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário do Expediente...

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o PFL não foi chamado e eu gostaria de usar o espaço da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Foi chamado.

V.Exa. poderá usá-lo na sessão de amanhã, porque na sessão de hoje já foram chamados todos os partidos.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós durante todo este período dos trabalhos legislativos, mantivemos a nossa postura de respeito à uma determinação que consideramos até autoritária pela Mesa e queríamos que nos dessem, dentro do Regimento da Casa, onde a Liderança do Governo leva preferência no encaminhamento das discussões, ficando sempre por último.

Qual o artigo do Regimento que diz que a Liderança do Governo tem preferência no Horário das Lideranças para falar sempre em último lugar? Esta a primeira questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência responde a V.Exa. que este dispositivo não consta do Regimento. É uma praxe que sempre foi adotada pela Assembleia...

O SR. PAULO MAIA - Foi adotada por V.Exa. depois que o Deputado José Tavares assumiu a Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não apenas no nosso período mas, principalmente, em períodos anteriores quando a Liderança do Governo e a Liderança do PMDB era exercida por pessoas diferentes.

O SR. PAULO MAIA - Nós discordamos e estamos aqui há...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. pode desconhecer, mas essa praxe inclusive funciona no Congresso Nacional.

O SR. PAULO MAIA - Na época da Liderança do Deputado Renato Adur e V.Exa., não havia. Não havia. Então esta é uma decisão arbitrária que está sendo tomada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Na época do Deputado Renato Adur e do Deputado Orlando Pessuti, o líder do governo e do PMDB era o Deputado Orlando Pessuti. O Deputado Renato Adur, por nossa deliberação e da Bancada, respondia em Plenário, pela Liderança do PMDB.

O SR. PAULO MAIA - Não havia esse dispositivo na época em que presidia esta Casa, o Deputado Anibal Khury, sempre de forma decente, como V.Exa., até assumir o Deputado Tavares, também com a mesma postura.

Então, queremos aqui formularizar em nome da oposição, que esse espaço e essa democracia se desse a todos, alternando os horários das Lideranças e outra questão que nós levantamos em cima disso é o fato de que quando se faz acusações, sabendo que o tempo para respostas não existe, não há nesse momento, não podemos deixar aqui de registrar que estaremos, tranqüilamente, como estamos neste momento, entendendo o desespero da liderança do governo, porque obviamente, só mostra quem tem para mostrar, só mostra quem tem realizações e Jaime tem realizações.

É sem dúvida o hiato entre o governo de Curitiba e o governo do Paraná que não tem o que mostrar, mas nós estaremos ocupando os espaços no período de amanhã, para responder...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Perfeitamente.

O SR. PAULO MAIA - ... responder às questões e às preocupações do Deputado Tavares, porque isto é óbvio, no momento em que o futuro governador do Paraná, Jaime Lerner, começa a subir nas pesquisas, e mostrar que vai ser o governador, o desespero vai dar naqueles que estão no poder já tanto tempo e nada fizeram pelo Paraná.

Fizeram nada mais, nada menos, obviamente, do que usar da demagogia, como fez neste momento o Deputado Tavares, que terá as respostas.

O Sr. Caíto Quintana - Abuso de poder econômico é demagogia para o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Concluo dizendo apenas que: demonstre um centavo utilizado ou pago pelo candidato que está se transformando na maior parte das pesquisas, como um vitorioso e que nos prove aqui. Vergonha, é pagar para um jogador de futebol,

duzentos mil reais para fazer política. Isso é vergonhoso.

O Sr. Caíto Quintana - Parece que deu desespero no lado de lá. Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito aos Deputados que se mantenham dentro daquilo que estabelece o Regimento. Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Só gostaria de deixar registrado aqui, como não estamos tendo oportunidade de falar no horário da Liderança, só gostaríamos de deixar registrado para o povo do Paraná, que não é o PMDB que vem dar aula de moralismo aqui, principalmente se estamos vendo o pessoal do Ferreirinha levantar a voz neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando a inversão da pauta da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Severino Félix e Domingos Carvalho, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n° 001/92. **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Requeiro verificação de votação. Requeiro verificação de votação no Projeto de Resolução n° 001.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não estamos votando o projeto, Deputado, só apenas as preferências.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 214/94, item n° 06 (seis), constante na Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente.

diente, solicitando votação em bloco para as Proposições de Veto n.ºs 078/93, aposto ao Projeto de Lei n.º 244/93; 047/94, aposto ao Projeto de Lei n.º 218/92; 048/94, aposto ao Projeto de Lei n.º 057/94 e 052/94, aposto ao Projeto de Lei n.º 341/93, itens 01, 02, 03 e 04, constantes na Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Atendendo as preferências de votação. Item n.º 5, votação em segunda discussão do Projeto de Resolução n.º 001/92.

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 001/92, de autoria dos Deputados Severino Félix e Orlando Pessuti, que autoriza a realização do plebiscito no Distrito de Tamarana a ser desmembrado do Município de Londrina, e com limites e confrontações conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado é matéria vencida.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Não é matéria vencida...

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Presidente, o Senhor nunca agiu assim!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Mas nós vamos atender o pedido de verificação de Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal para tranquilizar os ilustres Deputados.

(Chamada nominal)

Vinte e quatro (24) Senhores Deputados responderam à chamada.

Não há quórum para deliberação, somente para discussão.

Passaremos ao restante da matéria.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 078/93, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 244/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que dispõe sobre a implantação de salas de aula especiais para atendimento aos portadores de excepcionalidade. COM RELATÓRIO da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. **Encerrada a discussão.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 047/94, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 218/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a criar atendimento psicológico e de serviço social junto às Delegacias de Polícia do Estado, para prestar atendimento aos acusados, às vítimas e seus familiares, conforme específica. COM RELATÓRIO da C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. **Encerrada a discussão.**

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 048/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei n.º 057/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 013/94, que objetiva a integração do Quadro de Oficiais da Polícia Militar Feminina ao Quadro de Oficiais Policiais Militares e das Praças PM Femininas à qualificação Policial Militar, alterando conforme específica, os dispositivos legais que menciona. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. **Encerrada a discussão.**

OF. DTL/SAT n.º 143/94

Curitiba, 06.06.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 119/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 057/94, por julgá-lo, da forma como foi aprovado, contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

O Projeto de Lei em referência, oriundo da Mensagem Governamental n.º 13/94, que tinha como objetivo principal atender às legítimas aspirações das Oficiais e Praças Femininas, proporcionando-lhes maior número de vagas, melhores perspectivas de promoção e emprego mais diversificado no âmbito da Polícia Militar, foi desvirtuado em seus objetivos pela supressão do art. 6.º, através de Emenda aprovada por essa augusta Assembléia.

Ocorre que, com a supressão do referido dispositivo, que fixava os percentuais do efetivo feminino em 3%, no Quadro de Oficiais e 3,5%, no Quadro das Praças, poderão ocorrer, na medida em que, por ocasião de recrutamento e seleção, poderão incluir policiais femininas acima do percentual desejável tecnicamente para o cumprimento das missões daquela Corporação.

Cabe aqui elucidar que o artigo em questão, em hipótese alguma, retrata discriminação à mulher, como afirma a justificativa da Emenda Supressiva, e sim visa-

va unicamente coadunar os Quadros daquela Corporação às suas reais necessidades para o completo desempenho de suas funções em prol da sociedade, como bem ilustra a abaixo transcrita exposição de motivos do Secretário de Estado da Segurança Pública:

..."Se por um lado a presença da mulher é indispensável em determinadas tarefas, como por exemplo no atendimento às ocorrências envolvendo mulheres e crianças, de outro, a natureza do trabalho policial-militar, que se caracteriza, basicamente, pela prevenção e repressão imediata aos atos ilícitos, exige um maior percentual de policiais masculinos.

Nas ocorrências policiais, como regra geral, entre os envolvidos existe o conflito de interesses, os ânimos estão exacerbados, as reações alteradas em face do consumo de álcool e/ou de drogas, e existe a tentativa da fuga para assegurar a impunidade, às vezes com o emprego de meios violentos, que vão desde a força física até o uso do mais moderno armamento.

Em 1993 a Polícia Militar atendeu em média, 18.772 (dezoito mil setecentos e setenta e duas) ocorrências/mês, num total de 225.264 (duzentos e vinte e cinco mil e duzentas e sessenta e quatro) intervenções. Só na Região Metropolitana de Curitiba, 8.162 (oito mil cento e sessenta e duas) pessoas foram presas, sendo 88,13% homens (7.211) e 11,87% mulheres (971). Deste total, 19,87% eram menores de dezoito anos (1.626), das quais apenas 12,63% (207) eram meninas. Os dados por si só justificam que na composição dos efetivos, deve haver um maior número de policiais masculinos.

Conforme determina a lei, o uso da força deve restringir-se ao limite necessário para vencer a resistência e ser proporcional aos meios empregados. Na medida em que o policial se sentir inferiorizado na força física, tenderá ao emprego de arma, com riscos de graves consequências.

A eficácia na prevenção e repressão aos crimes e contravenções, é diretamente proporcional à quantidade e à qualidade dos recursos humanos e materiais empregados..."

Compete ainda esclarecer que, com a supressão do art. 6°, os demais dispositivos perderam a objetividade.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Proj. de Lei n° 57/94, encontra-se publicado no D.A. n° 15/94, de 09.03.94)

VETO: Ao Projeto de Lei n° 057/94, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 13/94, que objetiva a integração do Quadro de Oficiais da Polícia Militar Feminina ao Quadro de Oficiais Militares e das Praças P.M. Femininas à qualificação Policial Militar, alterando conforme especifica, os dispositivos legais que menciona.

O Executivo vetou o Projeto de Lei n° 057/94, por julgá-lo contrário ao interesse público.

Foram cumpridas as exigências legais e regimentais.

A matéria portanto está em condições de ser apreciada no Plenário desta Casa, eis cumpridas as exigências legais, inclusive o prazo.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 21.06.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 052/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 341/93, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que dispõe sobre o acesso dos filhos dos produtores rurais ao crédito na instituição financeira estadual para custeio de seus estudos. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. **Encerrada a discussão.**

OF/DTL/SAT N° 160/94

Curitiba, 13.06.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 136/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 341/93, por julgá-lo inconstitucional, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo instituir, através do Banco do Estado do Paraná, o sistema de crédito educativo destinado aos filhos de produtores rurais.

Embora louvável a preocupação do nobre Deputado Antônio Martins Annibelli, autor do presente projeto de lei, o mesmo não pôde merecer acolhimento por apresentar-se eivado de inconstitucionalidade, eis que fere os preceitos contidos no art. 135, inciso I, da Constituição Estadual, que

veda o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual. Também o inciso I, do artigo 68, da mesma Carta, proíbe o aumento de despesa nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado.

Ouvidas as Secretarias de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e da Fazenda, sobre o questionado projeto de lei, vieram estas a se manifestar contrariamente ao mesmo, considerando que o Governo Federal, responsável constitucional pelo Ensino Superior, mantém o Sistema de Crédito Educativo, através da Caixa Econômica Federal, o qual, evidentemente, poderá beneficiar os filhos de produtores rurais, desde que se habilitem para tal. A Secretaria de Estado da Educação, também consultada sobre a matéria informou que os cursos técnicos, em nível de 2º Grau, profissionalizantes na área, são ofertados gratuitamente nos vários Colégios agrícolas existentes no Estado, não havendo, portanto, nenhuma despesa com matrículas, nem com mensalidades.

Valê esclarecer ainda, que, com base em informação da SETI, o Governo do Estado já despende cerca de 10% da receita tributária na manutenção das 16 Instituições Estaduais de Ensino Superior, com ensino gratuito, cuja qualidade está a exigir grandes investimentos em laboratórios, bibliotecas, espaço físico, qualificação de docentes, etc. Ademais, é bom lembrar que o Governo tem dado apoio financeiro a algumas Instituições Municipais e Particulares do interior do Paraná, exigindo-se, em contrapartida, a gratuidade do ensino ou, pelo menos, redução das mensalidades.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 341/93 encontra-se publicado no D.A. nº 55/93, de 19.05.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 052/94

P A R E C E R:

O veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, não existem óbices à normal tramitação da Proposição de Veto nº 052/94 aposto ao Projeto de Lei nº 341/93 de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que dispõe sobre o acesso dos filhos dos produtores rurais ao crédito na instituição financeira estadual para custeio dos seus estudos.

Sendo assim, é o parecer deste rela-

tor.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/94, que altera dispositivos da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, que dispõe sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL E EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Encerrada a discussão.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/94, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na Cidade de Santa Tereza do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Terra Roxa - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Casa Maria - Centro de Apoio à Dependentes, com sede e foro no Município de Londrina - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/94, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Entidade Assistencial Missão El Shaddai - Ministério de Amparo à Criança e ao Adolescente, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/94, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que declara de Utilidade Pública a Creche Comunitária Bruno e Eva, com sede e foro no Município de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

ITEM 12

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 138/94, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que assegura a estudantes o direito ao pagamento de meia-entrada em espetáculos esportivos, culturais e de lazer, e dá outras providências correlatas. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. e FAVORÁVEL DA C.E.C.E.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 42, de 19.04.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 138/94

P A R E C E R:

Objetiva o presente projeto de lei, assegurar aos estudantes o direito ao pagamento de meia-entrada em espetáculos esportivos, culturais e de lazer.

Após análise, verifica-se que ao Poder Público Estadual não caber intervir nas atividades de iniciativa privada, conforme Art. 140 da Constituição Estadual.

Nestas condições, somos de parecer contrário ao seu encaminhamento ao Plenário, pela sua ilegitimidade e inconstitucionalidade apontada.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 138/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, tem por finalidade assegurar aos estudantes o direito ao pagamento de meia-entrada em espetáculos esportivos, culturais e de lazer.

Apesar da proposição já ter recebido parecer contrário da douta Comissão de Constituição e Justiça, essa Comissão de Educação, Cultura e Esportes ao analisar quanto ao mérito, não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.08.94.

(aa) JÚLIO BIFON - Presidente
JOÃO PREIS - Relator

ITEM 13

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 186/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Estado para a Prefeitura Municipal de Santo Inácio. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. COM EMENDA da C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 64, de 24.05.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 186/94

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 186/94, de autoria do nobre Deputado Durval Amaral, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Inácio os lotes de terreno que especifica, localizados na quadra 10 da Vila Governador Munhoz da Rocha, naquele município.

O plano de lei em exame encontra-se instruído com a competente documentação cartorial, que comprova a exatidão das áreas objeto da pretendida doação. Vale ressaltar, ainda, que as finalidades a que se destinam os citados lotes, encontram-se enquadradas pelo art. 10 da Constituição Estadual. Portanto, sob os aspectos atinentes à legalidade e à constitucionalidade, não há óbices à normal tramitação do projeto, porém, para a sua aprovação, faz-se necessária a inclusão do parágrafo único ao artigo 1°, nos termos da Emenda Aditiva anexa, de lavra do próprio autor do projeto, que grava a alienação com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Cumprida esta formalidade, o plano de lei em tela merece parecer favorável à sua aprovação, estando em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

PROJETO DE LEI N° 186/94
EMENDA ADITIVA DA C.C.J.

Inclua-se no artigo 1° o seguinte parágrafo:

"Parágrafo Único: Os terrenos de que trata o 'caput' desse artigo destinam-se à construção de moradias populares e ficam gravados com a cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade."

Sala das Sessões, em 30.05.94.

(a) DURVAL AMARAL

Apoio: Caíto Quintana, Renato Adur, José Tavares e Cleiton Kielse.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 186/94

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Durval Amaral, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Estado à Prefeitura Municipal de Santo Inácio.

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça que se pronunciou favorável à aprovação da mesma.

Desta forma, esta douta Comissão Técnica segue o entendimento daquela Comissão, manifestando-se favorável à aprovação do presente projeto de lei, com a Emenda do autor.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 202/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertãoópolis o imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 71, de 07.06.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 202/94

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertãoópolis o imóvel que especifica.

Não havendo nenhum óbice, em nenhum de seus aspectos legais, regimentais ou constitucionais, opinamos favoravelmente.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI N° 202/94

P A R E C E R:

Proposto pelo Deputado Orlando Pessuti, este plano de lei autoriza o Poder Executivo a doar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertãoópolis o imóvel que especifica.

Sendo este projeto meramente autorizatório, analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável.

Esta comissão ao analisar o mérito da proposta, não encontrou nenhum óbice à sua tramitação normal pelos Órgãos da Casa.

Isto posto, nosso parecer é favorável à aprovação do projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
EDSON SILVA LINO - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 208/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel onde funcionava o Fórum da Comarca de Cambé para o Município de Cambé-PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 73, de 08.06.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 208/94

P A R E C E R:

Propôs autorizar o Poder Executivo a doação do imóvel onde funcionava o Fórum da Comarca de Cambé ao Município de Cambé.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI N° 208/94

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Durval Amaral, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar o imóvel onde funcionava o Fórum da Comarca de Cambé para o Município de Cambé.

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça que se pronunciou favorável à aprovação da mesma.

Assim sendo, esta douta Comissão Técnica segue o entendimento daquela Comissão, manifestando-se favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 215/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 051/94, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, os imóveis que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 76, de 14.06.94, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 215/94

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, Mensagem Governamental n° 051/94, no que diz respeito a seus aspectos legais, não encontramos óbices à sua normal tramitação regimental, até final deliberação pelo duto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 21.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 215/94

P A R E C E R:

Como o presente projeto de lei, já recebeu parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça, nada temos a opor pela sua tramitação, e também somos pelo parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 09.08.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
DOMINGOS CARVALHO - Relator

ITEM 17

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 277/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que fixa o vencimento básico mensal do cargo de auditor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a partir de 1° de julho de 1994. Com PARECERES da C.C.J. e C.F.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 94, de 08.08.94, Ofício n° 1376/94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 277/94

P A R E C E R:

De autoria do egrégio Tribunal de Contas do Estado, o presente plano de lei dispõe sobre os vencimentos dos Auditores deste Tribunal, fixando o vencimento básico mensal, a partir de 1° de julho de 1994.

Analisando o aspecto constitucional da matéria, visto é que a competência de iniciativa da matéria em questão cabe ao citado Tribunal, conforme consta nos dispositivos dos arts. 77 e 101 da Constituição Estadual.

Assim sendo, entendendo-se pela constitucionalidade e legalidade da matéria aqui proposta, somos pelo parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 277/94

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício n° 1376/94, vindo do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem por finalidade fixar o vencimento básico mensal do cargo de Auditor deste Tribunal, a partir de 1° de julho de 1994.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional, recebendo desta parecer favorável.

Assim sendo, ao que cabe a esta Comissão se manifestar, conforme lhe preceitua o § 3°, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se, igualmente, pelo parecer favorável à aprovação do presente projeto de

lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.94.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 18

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 018/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que autoriza a realização de plebiscito para a população decidir sobre a criação do Município de Paraná D'Oeste, desmembrado do Município de Moreira Sales. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 81, de 21.06.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 018/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Renato Adur, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito para a criação do Município de Paraná D'Oeste.

Analisando na parte legal e constitucional, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a normal tramitação da proposição nesta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 19

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 021/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Tupinambá, desmembrado do Município de Astorga. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 21.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 021/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Resolução n° 021/94, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Tupinambá, desmembrado do Município de Astorga - PR.

Da análise do referido projeto, não encontrando nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento n° 1978, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1985 e 1986, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1988 e 1989, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 078/93, 047, 048 e 052/94.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 214/94.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 210, 238, 242, 265 e 266/94.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 138, 186, 202, 208 e 215/94.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n°s 001/92 e 018/94.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 277/94 e dos Projetos de Resolução n°s 021 e 011/94.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 187/94

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n° 6668/94 e n° 6669/94, ambos de 01 de julho de 1994, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder aposentadoria, a pedido, a Ireno Vicente, matrícula n° 1206, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo em Comissão de Coordenador da Coordenadoria de Finanças, da Diretoria Financeira, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "c", da Constituição Estadual e art. 140, inciso III da Lei n° 6174/70, com proventos mensais proporcionais a Simbologia D.A.S.-4, acrescidos da gratificação de representação regulamentada pelo Decreto n° 4640/89; três (03) quinquênios, de acordo com a Lei n° 6174/70, em seu art. 170, parágrafo único, calculados conforme a proposição n° 7894/91, do Tribunal de Contas do Estado e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 1° da Lei n° 6794/76, com nova redação dada pelo Art. 6° da Lei Complementar n° 21/84 e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo n° 229/85, resultando em proventos mensais no valor de R\$ 830,72 (oitocentos e trinta reais e setenta e dois centavos), perfazendo o total anual de R\$ 9.968,64 (nove mil, novecentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

Palácio "XIX de Dezembro", em 01.08.94.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente

ANIBAL KHURY - 1° Secretário

DIRCEU MANFRINATO - 2° Secretário